

A EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Angela Maria Souza Martins
Núcleo de Estudos em Educação Brasileira – NEB - UNIRIO

Introdução

Para se alcançar a meta da humanização, que não se consegue sem o desaparecimento da opressão desumanizante, é imprescindível a superação das “situações-limites” em que os homens se acham coisificados.

Paulo Freire (1996, p.95)

No período da primeira república, o movimento anarquista trouxe uma contribuição inestimável para a reflexão sobre a educação brasileira. Esse movimento foi impulsionado principalmente pela imigração italiana, mas também recebeu a contribuição de intelectuais brasileiros e de imigrantes espanhóis e portugueses. Assim, a partir do final do século XIX e início do século XX, começou uma propaganda sistemática do anarquismo e do anarco-sindicalismo, no Brasil. Foram criadas algumas escolas, publicados muitos jornais e realizadas inúmeras palestras e espetáculos teatrais com peças revolucionárias, ações que levaram à prisão muitos anarquistas, inclusive vários foram expulsos e outros tiveram de mudar de atividades para se esconder.

Os anarquistas tinham como meta a mudança de consciência, ou seja, buscavam ações que pudessem discutir os valores tradicionais da sociedade e transformassem os valores presentes na consciência do homem contemporâneo. Assim, eles consideravam a ação educacional imprescindível para a transformação das relações sociais e econômicas, com a intenção de instituir uma sociedade fraterna, igualitária e democrática, por isso a proposta educacional anarquista defendia o ideário racional-libertário. Segundo Lima (1915), o homem vem ao mundo com predisposições, estas podem ser transformadas e aperfeiçoadas pela atuação da educação e do meio. Assim, a educação é um meio importante para mudar valores e princípios, que são fundamentais para a implantação de um novo tipo de sociedade. A criação de escolas que seguissem a pedagogia racional libertária era uma estratégia na luta para a transformação profunda da sociedade, porque não adianta implantar um novo tipo de governo ou modelo econômico se o homem não promoveu uma mudança radical nos seus valores.

Tomando como pressuposto fundamental a mudança de valores, uma das questões mais significativas enfrentadas pela pedagogia libertária foi o seu confronto com as idéias tradicionais veiculadas pela Igreja Católica Apostólica Romana e o ideário capitalista, porque os anarquistas procuravam se libertar de todo tipo de opressão. A educação racional libertária era necessariamente anticlerical e um modo de enfrentar todo tipo de dogmatismo e a exploração do homem pelo homem.

Mas como podemos compreender os pressupostos da pedagogia racional libertária? Quais foram os princípios que embasaram essa tendência pedagógica? Como ela se efetivou no contexto educacional brasileiro?

A Pedagogia Racional Libertária: pressupostos e princípios

O que inicialmente nos chama a atenção na pedagogia racional libertária é a junção das categorias racional e libertária. Precisamos refletir o que representa a racionalidade para o homem moderno e contemporâneo. Sabemos que desde os séculos XVI e XVII, o mundo passa por mudanças significativas. Com a instauração do modo de produção capitalista, os dogmas católicos foram questionados, instaurou-se gradativamente uma mudança cultural, econômica, política e social. Agregada ao poder da racionalidade, também surgiu o movimento humanista que procurou compreender em profundidade o mundo dos homens, valorizou a cultura greco-latina e construiu uma visão antropocêntrica de mundo em contraposição à visão teocêntrica medieval. O movimento humanista avançou em direção a secularização, buscando a erudição por meio da cultura greco-romana clássica, a laicização da educação e o conhecimento acurado da natureza física. A instrução tornou-se fundamental para o homem moderno. Nesses novos tempos, o homem não deveria ser um mero expectador do mundo, ele precisava conhecer mais profundamente a realidade à sua volta. Mesmo porque, de acordo com Monroe (1969), a educação humanista da Renascença tinha como finalidade formar o “o homem perfeito, apto a participar das atividades das instituições sociais dominantes” (MONROE, 1969, p.153). Um homem livre que por meio de seus estudos atingiria a virtude e a sabedoria, desenvolvendo os dotes do corpo e do espírito.

Precisamos destacar que no contexto cultural europeu, a visão humanista não se apresentou de modo homogêneo; dessa concepção surgiram duas vertentes importantes que fundamentaram o contexto educacional dos séculos posteriores à criação do movimento humanista. Ao sul da Europa, o humanismo enfatizava a educação liberal, que possibilitava o desenvolvimento pessoal; ao norte da Europa, predominava a

transmissão de um saber que poderia fornecer subsídios para enfrentar as mazelas sociais, frutos da ignorância.

Dessa segunda vertente, nasce o movimento da Reforma, que utilizou princípios do humanismo para questionar as crenças e práticas religiosas da Igreja Católica Apostólica Romana. Era preciso observar, comparar e criticar, ou seja, usar a visão racional para contestar o *status quo* da Igreja Católica. Assim, a razão deveria ser usada para questionar os princípios da Igreja Católica, interpretar a natureza, a vida secular e as Sagradas Escrituras. De acordo com Lutero (apud MANACORDA, 1997), principal expoente da reforma, o que contraria a razão, contraria também a Deus, o uso correto da razão nos aproximava de Deus. Essas afirmações de Lutero apontavam para uma mudança cultural que vinha sendo construída a partir da instalação da visão humanista de mundo.

Gradativamente as práticas racionais começaram a se instalar em diferentes instâncias da sociedade européia. Era necessário mudar a cultura educacional, porque as condições sócio-econômicas estavam mudando; passava-se da produção artesanal para a manufatura; a política deveria ser conduzida não apenas por aqueles que herdavam o poder por laços de sangue, mas por aqueles que demonstrassem astúcia e sagacidade na arte de comandar e, a ignorância começou a ser vista como um mal que devia ser sanado, porque a prosperidade de um país dependia de homens instruídos.

Outro fator importante para a consolidação de práticas racionais no campo educacional foi o gradativo processo de laicização da educação. A partir do século XVIII, cresceu o movimento para libertar, principalmente nos países católicos, a educação da tutela da Igreja. Vários fatores concorreram para o processo de laicização da educação: a consolidação da concepção antropocêntrica de mundo; o racionalismo crescente; os avanços da ciência e a ampliação da instrução elementar. Por isso, a partir de meados do século XVIII, cresceram os movimentos contra o monopólio da Igreja sobre a educação. Esses movimentos, na verdade, eram ecos de um complexo processo de mudanças que estavam ocorrendo nesse período. A burguesia cada vez mais se fortalecia no campo econômico e, principalmente, lutava no campo político para assumir a máquina administrativa do Estado, o que significava implantar uma nova ordem com uma racionalidade diferente da que estava estabelecida até então. Os intelectuais (cientistas, literatos e filósofos) exigiam maior presença do Estado na condução dos destinos da instrução.

O processo de renovação político cultural empreendido na Europa, a partir do final do século XVIII, estava baseado na crença de uma racionalidade que possibilitaria a libertação do homem, a razão foi considerada a luz que poderia retirar os homens da escuridão. Espalhou-se a certeza de que a razão e, conseqüentemente, o homem iluminado por ela poderia transformar a vida social e sua relação com a natureza. Instalou-se o movimento cultural conhecido como Iluminismo. A partir de então, a razão humana podia interferir e reorganizar o mundo; cresceu o otimismo em relação ao poder racional do homem e começava um processo efetivo de dessacralização do mundo.

De acordo com a visão iluminista, a ordem do mundo natural e social era conferida pela razão, porque somente ela poderia mostrar o mundo tal como ele era verdadeiramente, guiando o homem em suas ações. Assim, o homem não se submeteria mais ao crivo da autoridade ou da tradição, seu guia seria a sua racionalidade, por meio da qual o homem investigava e conhecia verdadeiramente a realidade. O conhecimento não era uma revelação, ele era construído pela consciência humana.

Acreditava-se que o conhecimento libertava o homem, por isso uma sociedade livre dependia da intervenção de ações racionais. Essa libertação deveria ser realizada no campo da individualidade, da consciência humana e depois irradiar-se para a coletividade. Eram indivíduos portadores dessa racionalidade que tinham condições de mudar os outros homens, a ordem social e a natureza. Essa foi a matriz de onde surgiram os primeiros movimentos socialistas, incluindo os precursores do movimento anarquista. Na base dos movimentos que propunham a revolução da ordem social, no século XIX, a questão da racionalidade era fundamental, pois com ações racionais os homens poderiam enfrentar as superstições, os dogmas e construir um conhecimento que revelaria a verdade sobre a realidade.

Acreditamos que nos pressupostos que embasam a pedagogia libertária anarquista aparece não somente a racionalidade que liberta, como também as duas vertentes do humanismo, aquela que preconizava o desenvolvimento pessoal e a que pressupunha que a erudição pode fornecer subsídios para enfrentar as mazelas sociais.

Ao propor uma espécie comunismo libertário, uma sociedade sem hierarquia e autogestionária, sem a exploração do homem pelo homem, o movimento anarquista passa a buscar princípios educativos que promovam a construção de uma nova racionalidade, que partiu do que foi proposto pelo Iluminismo, mas que precisava avançar em outra direção. Mas isso seria possível?

De acordo com os anarquistas, a racionalidade não deve ser apenas um recurso epistemológico para chegar à verdade, mas um instrumento que possibilite a libertação dos dogmas impostos pelas religiões. Assim, o anarquismo passa a enfatizar a racionalidade, a liberdade e a espontaneidade. O movimento anarquista se constituiu como uma ação de indivíduos que combatem o capitalismo, almejam a destruição do Estado e buscam construir uma nova ordem social descentralizada e autogestionária.

Os anarquistas consideram os indivíduos “unidades ativas, independentes, capazes de produzir e gerenciar em autogestão, sem as muletas políticas, religiosas, sem chefes: vai até onde a liberdade e a inteligência o possa levar” (RODRIGUES,1999, p.3). Além disso, concluíram que o Estado capitalista mantinha escolas com uma pedagogia autoritária, que reproduzia a opressão, por isso era necessário construir suas próprias escolas com princípios de um novo tipo de pedagogia. No jornal anarquista português, O Metalúrgico, de 1904, encontramos uma crítica da proposta pedagógica autoritária que vigorava nas escolas, no início do século XX:

... A escola de hoje mais se assemelha a uma caserna do que a uma instituição encarregada de fornecer à sociedade homens livres e úteis (...). O professor, salvo honrosas exceções é o carrasco e o verdugo da criança quando devia ser o seu pai espiritual. É verdade que a instrução, tal como está preparada, tem por fim, não fazer homens compreendedores dos seus direitos dentro da sociedade, mas autómatos que se prestem a soldados para defesa da sociedade, bolsas para o pagamento de impostos (...) escravos que mourejem dia-a-dia para que os zangãos sociais folguem e se divirtam (...). Há portanto, a conveniência da parte de quem dirige a educação que ela se mantenha na mesma. (...) a nós cérebros libertos da instrução dogmática cabe-nos o dever não de pedir ao Estado que remodele a instrução, o que ele nunca fará, mas de criarmos escolas (...) fundadas na moderna pedagogia (...) Um esforço pois, que o interesse é nosso e dos nossos filhos (O Metalúrgico, 1904, apud Candeias, 1987, p. 331).

De acordo com os anarquistas, a pedagogia autoritária era um meio para subjugar as pessoas com o intuito de fazê-las obedecer e pensar de acordo com os dogmas sociais. Esta postura impossibilitaria a construção do novo homem, autônomo, livre pensador e instrumentalizado para vencer todo tipo de dogmatismo.

A busca pela formação do novo homem também esteve presente na pedagogia inspirada no Movimento da Escola Nova, essa tendência pedagógica também utilizou as categorias racionalidade e liberdade, mas com características diferentes. De acordo com a Escola Nova, o uso da racionalidade era fundamental porque precisava-se: enfatizar o trabalho científico; buscar métodos que dessem conta de explicar a realidade

educacional; compreender o desenvolvimento do psiquismo dos educandos e criar um ambiente propício à educação. A liberdade pautava-se na espontaneidade, na capacidade de criação e na observação das diferentes aptidões apresentadas pelas crianças e adolescentes. Priorizavam os métodos ativos. De acordo com Manacorda (1997),

nas escolas 'novas', a espontaneidade, o jogo e o trabalho são elementos educativos sempre presentes: é por isso que depois foram chamadas de 'ativas'. São freqüentemente escolas nos campos, no meio dos bosques, equipadas com instrumentos de laboratório, baseadas no autogoverno e na cooperação, onde se procura ao máximo respeitar e estimular a personalidade da criança (MANACORDA, 1997, p.305)

Na proposta pedagógica da Escola Nova aparece a necessidade de mudar os parâmetros da educação, colocando-a em consonância com os novos caminhos do mundo contemporâneo, mas diferente dos anarquistas, não postulava uma revolução profunda na ordem social vigente. Nenhum intelectual escolanovista propunha a destruição do modo de produção capitalista ou uma sociedade sem Estado. Mas de qualquer forma, as mudanças apontadas pela Escola Nova demonstram que a partir do século XIX, diferentes tendências pedagógicas apontam para o esgotamento da Pedagogia Tradicional e a necessidade de mudança significativa na forma de educar; destacamos que em todas as tendências a categoria racionalidade estava presente.

Para a pedagogia libertária, a racionalidade e a liberdade são princípios fundamentais para promover mudanças básicas na estrutura da sociedade e substituir o estado autoritário por um modo de cooperação entre indivíduos livres. Esses princípios poderiam conduzir uma luta permanente pelos direitos e deveres de uma sociedade igualitária e seriam a base de uma educação integral, que tem como meta a capacitação dos oprimidos (Cf. Guardia, s/d).

A partir desses princípios, os anarquistas passam a sugerir um novo tipo de educação, porque acreditavam que as crianças não nascem com idéias preconcebidas, (Cf. Guardia, s/d), elas adquirem todos os seus princípios e valores ao longo da vida, por isso se educássemos uma criança com noções positivas e verdadeiras, baseadas na experiência e na demonstração racional, ela ficaria preparada para qualquer tipo de estudo (Cf. Guardia, s/d). Procuram implantar uma escola que não trabalhe com limitações e dogmatismo, buscando fundamentar o conteúdo curricular na ciência.

A meta da educação é fazer com que meninos e meninas tornem-se pessoas instruídas, verdadeiras, justas e livres. Para tal, o ensino deve estar baseado nas ciências

naturais. Consideram a ciência um patrimônio de todos, pois ela permite dissipar erros e capacita os homens para que conheçam efetivamente os objetos. De acordo com Ferrer y Guardia (s/d), a ciência não impede o conhecimento, mas o impulsiona e confere realidade as coisas e faz com que não caiamos nas malhas das fábulas ou sonhos. A ciência deve ser ensinada à criança desde a mais tenra idade, pois se educamos a criança com fábulas e erros de toda espécie, essa criança será educada para ser um adulto que impedirá o progresso.

Assim, nos primórdios da educação devemos guiar as crianças na direção do conhecimento racional, pois na primeira infância a vida é receptiva. O professor semeia as idéias para que mais tarde elas frutifiquem. Devem ser estimuladas também as atitudes próprias de cada aluno, para que com seu valor individual, cada aluno seja um membro útil da sociedade.

Um dos mais significativos intelectuais da pedagogia libertária anarquista, Ferrer y Guardia propõe a criação de uma Liga que defendesse a educação racional, cujos objetivos eram propiciar: uma base racional e científica ao ensino; uma educação completa e harmoniosa que desenvolvesse a formação da inteligência e do caráter e a preparação de uma pessoa física e moralmente equilibrada. Guardia afirmava que o homem é um complexo de múltiplas facetas, ou seja, a conjugação de coração, inteligência e vontade.

Ferrer y Guardia acreditava que a educação racional libertária seria um instrumento de emancipação e propagação das idéias libertárias diante do adestramento feito pelo ensino orientado pelas diretrizes da pedagogia tradicional, que habituava as crianças a obedecer, a crer e a pensar segundo seus dogmas sociais.

O que podemos depreender dessa nossa breve reflexão sobre as categorias racional e libertária no pensamento pedagógico anarquista é que esses princípios buscam instaurar uma nova mentalidade no processo educacional, este tornar-se-ia um instrumento de emancipação e, ao mesmo tempo, estratégia de luta política; a educação seria uma força a serviço da transformação.

Fizemos questão de buscar as idéias de Ferrer y Guardia porque este pensador anarquista influenciou profundamente a pedagogia libertária no Brasil e inspirou a fundação das Escolas Modernas no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Porto Alegre e em Belém do Pará. As primeiras escolas baseadas na pedagogia racional libertária surgiram no contexto educacional brasileiro, no início do século XX, quando se acentuou o debate sobre o papel social e político da escola.

A Pedagogia Racional Libertária no Brasil

A missão da Escola Moderna consiste em fazer com que meninos e meninas tornem-se pessoas instruídas, verdadeiras, justas e livres.
(Guardia, s/d, p.21)

Nas primeiras décadas do século XX, instaurou-se, no Brasil, uma discussão entre as propostas pedagógicas tradicional, escolanovista e libertária. Nesse momento, acentuou-se o debate sobre a importância da disseminação da instrução, porque o Brasil apresentava índices alarmantes de analfabetismo. Nesse período, houve um intenso fluxo de imigração italiana e espanhola, estes imigrantes trouxeram para o movimento sindical o ideário anarquista. A educação e as atividades culturais eram estratégias de luta importantes para o movimento anarquista. Assim, este movimento mostra a necessidade de se implantar escolas com uma nova proposta pedagógica, que impedisse a manipulação da consciência das classes populares, ou seja, que impossibilitasse a subordinação intelectual. Para os anarquistas a abertura de escolas era uma estratégia cultural e política importante, porque essas instituições possibilitariam o desenvolvimento de mentes livres e racionais.

Com essa intenção são criadas as Escolas Modernas no Brasil, baseadas na pedagogia racional libertária, inspiradas em Ferrer y Guardia, que deveriam respeitar a liberdade da criança, seu movimento natural, sua espontaneidade, as características de sua personalidade, sua independência, seu juízo e espírito crítico.

A pedagogia racional libertária tinha como pressuposto enfrentar o processo de dominação e criar uma nova mentalidade, pautada em valores tais como: solidariedade, cooperação, igualdade e liberdade. Era necessário desenvolver as aptidões naturais dos educandos, de maneira que eles ampliassem suas potencialidades e, assim, formar-se-ia um ser humano pleno que atuaria em diferentes segmentos: artístico, produtivo, e social.

A ação da pedagogia racional libertária não se destinava apenas a crianças e jovens, ela também atuava no ensino profissional para adultos. Os anarquistas organizavam palestras e conferências nos chamados Centros de Cultura Social. Produziam jornais e outras atividades culturais, ações que visavam a transformação da sociedade na qual viviam os operários. Havia uma articulação entre a imprensa, os Centros de Cultura Social, as Ligas dos trabalhadores e as escolas libertárias.

A primeira Escola Moderna brasileira foi criada em maio de 1912, em São Paulo, foi dirigida pelo professor João Penteado, um anarquista, admirador de Ferrer y

Guardia. A Escola Moderna nº 1, de São Paulo, tornou-se um paradigma da educação libertária no Brasil. Ela surgiu com o apoio de anarquistas e de pessoas que ansiavam mudanças educativas: socialistas, livres-pensadores, entre outros, que formaram um Comitê Organizador da Escola Moderna “encarregado pelos representantes de vários centros liberais e associações econômicas de expor ao público o programa da Escola Moderna, angariar fundos e explicar as bases do ensino racionalista” (Luizetto, 1986, p.31).

Essa escola utilizava o método racional e a co-educação de sexos e classes sociais e

a insistência no método racional era no sentido de combater o ensino dogmático baseado em fundamentos religiosos professado nas escolas estatais e confessionais, assim como demonstrava o sucesso entre os livres-pensadores das possibilidades apresentadas pelo conhecimento científico, inclusive essas propostas podiam descambar para uma postura positivista de ensino (Kassick, Neiva e Kassick, Clóvis, 2004, p.2).

A Escola Moderna buscava seguir os preceitos da proposta racional libertária, a educação deveria estar pautada em princípios morais que valorizassem a solidariedade, a cooperação, o respeito ao outro e a liberdade para formar um novo homem que construísse um novo tipo de organização social. O estudo da ciência seria o fio condutor de seu currículo, porque a meta era atingir uma educação moral orientada pelo racionalismo científico. Mas, de acordo com a proposta libertária, esse racionalismo deveria estar a serviço do homem e não podia escravizá-lo, sua função era libertar os homens dos dogmas.

Essa escola tinha como objetivo ministrar uma educação livre de preconceitos. Seus alunos deveriam estar imbuídos de um espírito de observação e crítica racional de modo que enfrentassem a moral vigente e pudessem empreender a crítica a sociedade de então (Cf. silver@iis.com.br Boletim da Escola Moderna, 1919).

Segundo o periódico A Plebe de 1917, na Escola Moderna

“eram oferecidos três cursos: primário, médio e adiantado, no período diurno (das 11h 30m às 16h30m) e noturno (das 19h às 21h). O curso primário compunha-se das seguintes matérias: “Rudimentos de Português, Aritmética, Caligrafia e Desenho. O curso médio, de “Gramática, Aritmética, Geografia, Princípios de Ciência, Caligrafia e Desenho”. E o curso adiantado, de “Gramática, Aritmética, Geografia, Noções de Ciências Físicas e Naturais, História, Geometria, Caligrafia, Desenho, Datilografia” (apud Luizetto, 1986, p.35-36).

Além das disciplinas mencionadas acima, para as meninas também era oferecido um curso de costura e bordado. A grade curricular não divergia muito das demais escolas de então, mas na Escola Moderna existiam outras atividades que imprimiam uma diferença no seu modelo pedagógico. Por exemplo: eles incentivavam a leitura e produção de periódicos. Havia um jornal, denominado O Início que era editado pelos estudantes, nesse jornal, ficava explícito as intenções da escola que era propiciar uma

educação aliada a uma instrução de acordo com a razão e a verdade (...) cultivar os sentimentos de amor pela paz, pela instrução, pelas letras e pela humanidade, fazendo despertar na infância o desejo de uma vida fraternal, humana, livre dos prejuízos, resultantes das convenções sociais (O Início, apud Luizetto, 1986, p.36)

Os anarquistas preconizavam também os métodos baseados na ação, não só no sentido de preparar para o trabalho como também para a militância de seus alunos. Existia um forte vínculo entre a educação anarquista e a produção de periódicos, pois os anarquistas acreditavam que para efetivar uma mudança de mentalidade era preciso unir diferentes atividades culturais como: escolas, jornais, centros culturais e outras atividades, para conseguir transformar a sociedade.

Nas reuniões, nas atividades culturais e nas aulas, a leitura e discussão de artigos de jornais serviam como um método pedagógico para refletir sobre problemas do cotidiano e também para sistematizar as idéias e organizar o pensamento. Os anarquistas possuíam uma intensa produção de periódicos, buscavam caminhos para divulgar seus princípios, mudar consciências e atingir a meta final que era a revolução social.

A produção de periódicos foi fundamental para o movimento anarquista e a pedagogia libertária. Criou-se um caminho informal de aprendizagem e divulgação de idéias, fortaleceu-se uma espécie de rede de informações. Eles faziam reuniões em diferentes espaços, como fábricas, escolas ou centros de cultura para realizar a leitura em voz alta dos artigos de jornais e revistas, ações que propiciavam o processo de alfabetização de muitos trabalhadores (Cf. Kassick, Neiva e Kassick, Clóvis, 2004). Os anarquistas acreditavam que essas ações fortaleciam a luta pela transformação dos princípios que regiam a sociedade burguesa.

De acordo com Neiva Kassick e Clóvis Kassick,

O trabalho dos militantes na imprensa anarquista se deu também através da tradução de textos e de relatos de experiências libertárias em educação, que, às vezes, era responsável pelo fato de novas iniciativas serem conhecidas simultaneamente na Europa e no Brasil.

Desse modo, os anarquistas brasileiros, em especial os educadores, puderam ter conhecimento imediato das experiências desenvolvidas fora do Brasil e que atendiam à demanda da educação popular em outros países. À medida que essas informações circulavam e eram discutidas, forneciam os instrumentos para que os trabalhadores pudessem avaliar as condições precárias da educação que lhes era oferecida e criar suas próprias alternativas (Kassick, Neiva e Kassick, Clóvis, 2004, p.4).

Devemos destacar que essas leituras e discussões não ficavam restritas aos operários que defendiam a causa anarquista, outros trabalhadores participavam dessas atividades, o que configura um trabalho político importante. As estratégias de caráter pedagógico foram fundamentais para a ação anarquista. Os anarquistas acreditavam que a educação poderia atuar de modo significativo na mudança profunda da realidade e seria uma estratégia importante para implantar um novo tipo de sociedade, sem hierarquia, uma sociedade ácrata, onde cada um seria responsável pela gestão, ou seja, a educação libertária precisava desenvolver uma consciência anárquica, que rejeitasse qualquer relação autoritária, formando uma nova forma de organização social – a autogestão.

Além da primeira Escola Moderna, criada, em São Paulo, no Belenzinho, na Revista A Vida, editada em 1915, é noticiada a criação de mais uma escola racionalista libertária em São Paulo,

Escola Nova

Acaba de instalar-se em São Paulo, à rua Alegria, 26 (sobrado), um instituto de instrução e educação, para meninos e meninas, e que se serve dos metodos racionaes e cientificos da pedagogia moderna.

As materias de ensino são ministradas em três cursos especiaes, primario, medio e superior.

Curso primario: portuguez, aritmetica, geografia, botanica, zoologia, caligrafia e desenho.

Curso medio: portuguez, aritmetica, geografia, mineralogia, botanica, zoologia, fisica, quimica, geometria, historia universal, caligrafia, desenho.

Curso superior: aritmetica, algebra, botanica, zoologia, mineralogia, fisica, quimica historia universal, geologia, astronomia, desenho, portuguez, italiano, espanhol, etc. Os cursos primario e medio acham-se a cargo dos educacionistas Florentino de Carvalho e Antonio Soares.

O curso superior acha-se sob a direção de intelectuais de reconhecida competência, figurando entre eles o professor Saturnino Barbosa, Drs. Roberto Feijó, Passos Cunha, A. de Almeida Rego, Alfredo Júnior, os quaes lecionam materias de sua respectiva especialidade.

Como se vê, a Escola Nova é uma bela iniciativa, que merece todo o apoio dos amigos da educação racionalista (A Vida, 1915, p. 79-80).

Essas experiências pedagógicas assinalam as tentativas realizadas por aqueles que defendiam a proposta racionalista libertária para trilhar um caminho com o intuito de construir uma sociedade igualitária e justa. A educação foi a estratégia utilizada para instaurar a reflexão sobre as desigualdades sociais e econômicas.

Muitos consideram essa estratégia utópica e ingênua, mas a opção por uma tendência política e a instalação de mecanismos políticos como os partidos ou a fundação de sindicatos tornam-se ineficazes, se aqueles que militam nessas instâncias não realizaram uma mudança profunda e radical de seus valores e princípios. Consideramos que a reversão de valores e princípios é imprescindível caso queiramos instaurar um novo tipo de homem e sociedade. É necessário empreender uma revolução política e econômica, aliada a uma revolução de princípios e valores, o que necessariamente nos faz passar pelas mudanças profundas no campo da educação. Não podemos esquecer que para os libertários “a única forma de eliminar essa relação de desigualdade, na qual uma minoria dirigente submete a maioria dirigida, é restabelecendo a força social da coletividade” (Kassick, Neiva e Kassick, Clóvis, 2004, p. 9). Essa força social somente será construída a partir de um novo tipo de educação que permita não somente o acesso aos diferentes tipos de conhecimento, como também uma ampla discussão sobre os destinos da sociedade atual.

Podemos discordar de alguns pressupostos da pedagogia racional libertária, mas no início do século XX, ela possibilitou uma discussão significativa do modelo educacional que vigorava aquela época e foi uma estratégia de luta importante para os trabalhadores.

Considerações Finais

A reflexão sobre os desdobramentos da pedagogia racional libertária nos leva a pensar em novas estratégias de luta, no sentido de mudar profundamente uma realidade social. Consideramos que não podemos ignorar e menosprezar a questão da transformação via educação, sabemos que a mudança estrutural de uma formação social requer diferentes estratégias e ações, mas junto com as ações políticas e econômicas, precisamos de ações que façam mudanças culturais para promover a transformação de valores e princípios. Não podemos negar que a pedagogia racional libertária nos fornece pistas para essas mudanças, por isso essa proposta pedagógica precisa ser compreendida mais profundamente. Além disso, ela aponta para um tipo de escola que pode mostrar um novo sentido daquilo que é efetivamente público, ou seja, de todos indistintamente.

Nas primeiras décadas do século XX, essa proposta educacional e os diferentes periódicos anarquistas representaram uma estratégia de luta importante para o movimento anarco-sindicalista, pois acreditaram que por meio da educação poderiam

instaurar um processo de reversão dos valores vigentes. A liberdade tomada como meio e fim norteou essa proposta, mas uma liberdade que deve ser construída socialmente. A pedagogia libertária propôs a criação de um novo tipo de consenso social, no qual todos os homens participariam e seriam atores desse processo.

Essa proposta pedagógica pode ser considerada arrojada, até hoje. Ela ainda é um grande desafio, porque lida com as bases efetivas de um pensar democrático e participativo, ou seja, a meta a ser atingida é uma sociedade edificada sob os princípios da solidariedade e da liberdade. Consideramos significativa a retomada de um estudo histórico mais profundo dessa tendência pedagógica no Brasil, não para mitificá-la, mas para compreender um período de grande efervescência político-social e buscar novos paradigmas para refletir sobre o pensamento educacional brasileiro, na contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

A VIDA. Porto, nº5, 31 de janeiro de 1915.

BOLETIM DA ESCOLA MODERNA. São Paulo, ano 1, v.1, 1918.

BOLETIM DA ESCOLA MODERNA. São Paulo, ano 1, v.2, 1919.

BOLETIM DA ESCOLA MODERNA - Suplemento sobre a obra de Ferrer y Guardia. FAC SIMILE, Co-edição: Centro de Memória Sindical e Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

CANDEIAS, A. As escolas operárias portuguesas do primeiro quarto do Século XX. In: **Análise Psicológica**, 3 (V) p. 327-362, 1987.

DIAZ, Blasco. **Francisco Ferrer e a semana trágica de Barcelona**. Lisboa: Edição Casa Alfredo David, 1914.

DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLO, Sílvio. **Educação Anarquista: um paradigma para hoje**. Piracicaba: Editora NIMEP, 1995.

_____. **Pedagogia do Risco: experiências anarquistas em educação**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Educação e Liberdade: a experiência da Escola Moderna de Barcelona**, in: *POSIÇÕES*, Revista quadrimestral da Faculdade de Educação da UNICAMP, vol. 3, nº 3 (9), dez. 1992 (p. 14 - 23).

_____. **Politecnia e Educação: a contribuição anarquista**, in *PRO-POSIÇÕES*, Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação da UNICAMP, vol.4, nº 3(12), nov. 1993 (p. 34-46).

GUARDIA, Franciso Ferrer y. **La Escuela Moderna**. Madrid, Ediciones Solidaries, s/d.

KASSICK, Neiva Beron. & KASSICK, Clovis N. **A Contribuição do Pensamento Pedagógico Libertário para a História da Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

LIMA, Éfrem. A instrução e o Estado. **A Vida**. Rio de Janeiro, vol 1, jan., 1915.

MONROE, Paul. **História da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. **Presença do Anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios libertário e educacional**. USP, São Carlos, 1984 (a). (Tese de Doutorado)

_____. **Cultura e Educação Libertária no Brasil no Início do Século XX**, In: **Educação e Sociedade**. SP/Campinas, Cortez/CEDES, nº 12, 1984 (b).

_____. **O Movimento Anarquista em São Paulo: a experiência da Escola Moderna nº 01 (1912 - 1919)**, In: **Educação e Sociedade**, São Paulo/Campinas: Cortez/CEDES, nº 24, ago 1986.

PENTEADO, João. **As escolas e sua influência social – o ensino oficial e o ensino racionalista**. **A Vida**. Rio de Janeiro, vol. 1, dez. 1914.

PINHO, Adelino de. **A escola - prelúdio da caserna**. **A Vida**. Rio de Janeiro, vol.1, mar. 1915.

RODRIGUES, Edgar. **História do Movimento Anarquista no Brasil**. Florianópolis: Editora Insular, 1999.

